

Modelo tributário muda de foco

REFORMA NO SISTEMA DE IMPOSTOS DEFENDIDA POR LULA PRETENDE DESONERAR A PRODUÇÃO E PRIVILEGIAR A TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Durante o Plano Real, a carga tributária aumentou de 24% para 36%. O modelo de tributação, segundo análise de especialistas da área econômica, além de pesado, é também de má qualidade porque sobrecarrega o assalariado e o setor produtivo. Para mexer no modelo, a saída é a reforma tributária, que começou a ser discutida em 1995, mas terminou engavetada e deve ser uma das prioridades do próximo governo.

Um dos maiores problemas, de acordo com a avaliação de Ricardo Varsano, coordenador de estudos tributários do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), é a cumulatividade dos impostos. Atualmente, os tributos incidem em cascata sobre os produtos. Tributa-se cada estágio da produção.

Este sistema, além de encarecer o produto na ponta (para o consumidor), faz com que ele perca competitividade no mercado internacional, prejudicando as exportações. "O Brasil exporta impostos junto com os produtos. Os outros países não", observa Ricardo Varsano.

Da forma como está hoje, tanto o rico quanto o pobre pagam a mesma quantidade de impostos ao consumir. A questão é fazer com que os tributos sejam mais pesados no consumo. Ou seja, quem ganha mais paga mais e vice-versa.

No programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ele se coloca contra a cumulatividade dos impostos e defende o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). "É interessante este modelo porque os tributos incidem sobre o consumo", analisa Miguel

Ribeiro, vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos em Finanças (Anefac). Os impostos que incidem de forma cumulativa sobre a produção são PIS, Cofins, Imposto sobre Serviços (ISS) e CPMF.

O governo terá de investir na reforma tributária, mas não pode perder receita. Portanto, a discussão sobre a reforma não será tão simples, embora já exista um certo consenso no Congresso Nacional de que estas mudanças no modelo tributário são de fundamental importância para que o País volte a crescer.

"As mudanças de nível constitucional são mais difíceis, pois precisam passar pela Câmara e pelo Senado, onde terão de obter a aprovação de três quintos dos parlamentares", esclarece Ricardo Varsano, do Ipea. Questões como as relacionadas ao Im-

posto de Renda, ao contrário, são menos difíceis de ser discutidas porque precisam de maioria simples no Congresso – metade mais um dos votos da Câmara e do Senado.

Há uma pendência do IR no Congresso Nacional que terá de ser resolvida ainda este ano (toda mudança sobre impostos só vale para efeito de cobrança se for analisada pelos parlamentares no ano anterior). Existe uma lei que reduz de 27,5% para 25% a maior alíquota do IR em 2003, e esta redução pode ser reavaliada pelo Congresso.

Há ainda outra pendência: o limite de 0,38% da CPMF acaba este ano e cai para 0,08%. Isso também deve ser objeto de discussões do Congresso. (M.D.)

"O Brasil exporta impostos junto com os produtos. Os outros países, não"

Ricardo Varsano
Coordenador de Estudos
Tributários do Ipea



PETISTA faz festa diante do Palácio do Planalto: partido terá de negociar no Congresso propostas como a criação do IVA

ROBERTO JAIME